CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (28/11)

Novo estatuto acaba com licença-prêmio de servidor

ESTADO Projeto faz série de modificações em regras relacionadas ao serviço público, entre as quais o fim do benefício que concede período de descanso de três meses a cada cinco anos de efetivo trabalho

Divulgação/ Governo de Goiás



> *"A norma que estamos revogando precede a Constituição (Federal) de 1988. É retrógrada. Estamos modernizando"*
>
> **Bruno D'Abadia, Secretário de Administração**

O governo enviou ontem à Assembleia Legislativa um projeto de lei que cria um novo estatuto do servidor do Estado de Goiás. A proposta revoga a lei do estatuto, que é de fevereiro de 1988, e faz uma série de modificações em regras relacionadas ao serviço público, entre elas, o fim da licença-prêmio, benefício que concede aos servidores período de descanso de três meses a cada cinco anos de efetivo trabalho.

No lugar da licença-prêmio, o texto prevê a "licença para capacitação". A ideia do governo é condicionar o benefício de 90 dias de licença à comprovação de ao menos um curso de qualificação profissional durante o período.

O projeto diz: "A cada quinquênio de efetivo exercício prestado ao Estado de Goiás, na condição de titular de cargo de provimento efetivo, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração ou subsídio, por 90 dias, para participar de curso de capacitação profissional, que deverá visar a seu melhor aproveitamento no serviço público".

De acordo com o texto, o período de licença não será acumulável e o projeto veda ainda o servidor possa converter o benefício em pecúnia – atualmente, caso não usufrua da licença-prêmio, o servidor pode requerer, depois, recebê-lo em dinheiro. Agora, isso não será mais possível.

O projeto foi apresentado aos cerca de 20 deputados estaduais da base do governo que compareceram à reunião com o governador Ronaldo Caiado (DEM), na segunda-feira (25), no Palácio das Esmeraldas, e faz parte de um pacote de medidas consideradas pré-requisitos para adesão do Estado de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal *(leia mais na página 4)*.

O encontro foi convocado para falar a respeito dos prazos de votação de matérias de interesse do governo, sobretudo as duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) apresentadas na Casa – a que corrige emenda constitucional sobre a vinculação da Educação e a da reforma da Previdência –, mas o democrata aproveitou a oportunidade para apresentar a matéria aos parlamentares, como tem feito com propostas de interesse do governo que precisam de aval do Legislativo.

A apresentação foi feita pelo secretário de Administração, Bruno Magalhães D'Abadia, que explanou os principais pontos da proposta aos deputados. Parlamentares ouvidos pela reportagem relatam que a proposta foi bem recebida, mas apontam desgastes, sendo o principal deles o fim da licença-prêmio, que deve reverberar principalmente entre profissionais da Educação.

Ao POPULAR, Bruno D'Abadia diz que a nova lei vai seguir o que "já existe na União desde 1997". A Lei nº 9.527, de dezembro de 1997, revogou a possibilidade de licença-prêmio e estabeleceu a licença para capacitação com uma redação quase idêntica à que agora está no projeto de lei que cria o novo estatuto do servidor estadual.

Questionado sobre quais cursos serão permitidos e de como o Estado vai fiscalizar se o servidor realmente fez o não a qualificação, o secretário relata que a lei que vai regulamentar a questão especificará esses pontos. "O afastamento terá que ser vinculado à realização de cursos que tragam a capacitação do servidor: línguas, finanças, de gestão etc."

Sobre a fiscalização, ele relata que o regulamento vai especificar a carga horária e as vagas dos cursos. "Assim como na União, o servidor abrirá processo pedindo a licença já vinculando-a à realização de um curso. Terá que entregar um folder do curso, a estrutura, a carga curricular. A secretaria aprova e, depois, ele terá que prestar contas com o certificado contendo a carga horária mínima."

DESGASTE

A respeito da justificativa para tomar a medida, o secretário diz que é necessária não apenas para se adequar às regras federais, mas também porque é "algo absolutamente anacrônico". "Aquilo que já caiu na reforma administrativa federal de 1997, estamos, 22 anos depois, concedendo um benefício para o servidor público que não faz sentido no mundo de hoje. Então, é um processo de adequação à realidade brasileira. Ninguém recebe no Brasil, três meses, para ficarem casa."

Sobre possíveis desgastes, ele diz que o projeto de lei moderniza o estatuto do servidor. "A norma que estamos revogando precede a Constituição (Federal) de 1988. É uma norma retrógrada e que não tem sentido mais. Estamos modernizando e, ao modernizar, existem ganhos e perdas aos servidores."

Quinquênio deve ter gratificação revogada

O novo estatuto do servidor proposto pelo governo do Estado também revoga a possibilidade de pagamento de gratificação por quinquênio. Essa gratificação já é revogada pela PEC da reforma da Previdência e, por isso, também precisa estar prevista no novo estatuto do servidor. "O que a Constituição traz é a garantia do quinquênio e o atual estatuto regulamento como isso funciona. Então, a PEC da Previdência retira, a lei também precisa retirar para que não haja nenhum tipo de incompatibilidade. É uma consequência", explica Bruno.

A gratificação do quinquênio é, aliás, incorporável tanto ao salário quanto para cálculo de aposentadoria ou pensões. No caso de aposentadorias, pelo atual modelo, conta-se o dobro do tempo de licença-prêmio não usufruído pelo servidor.

Entre outros pontos, o projeto de lei, que deve começar a tramitar hoje na Casa, também deve mexer em outros tipos de licenças, como a possibilidade de parcelamento de férias em até três vezes, com no mínimo cinco dias. "Assim, o servidor poderá adequar melhor suas férias", diz o secretário.

Além disso, há a previsão de direito ao homem de licença-paternidade de 180 dias, em caso de morte da companheira ou de abandono da criança por parte da mulher. O mesmo período valerá para homens que adotarem crianças de maneira uniparental; esse dispositivo também vale para mulheres.

Se os dois pais forem servidores públicos, serão garantidas licenças de 180 dias e de 20 dias a um ou ao outro. "No processo de emancipação da mulher, pode ser que eles optem para que o homem fique em casa cuidando da criança. Então, estamos modernizando isso", diz Bruno.

Além desses pontos, o projeto também deve garantir o pagamento de 20% do salário referente a adicional noturno, além do fim de cessão de servidores com ônus para o Estado. A única exceção será a Assembleia Legislativa, em que cada deputado tem direito a três servidores e a presidência a oito.

POLÍTICA

Comissão Mista é favorável a PL que retira concessão da Enel

ASSEMBLEIA Projeto que rescinde contrato com distribuidora de energia elétrica e permite ao Estado encampar serviço teve aprovação unânime

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

A Comissão Mista da Assembleia Legislativa deu parecer favorável, por unanimidade, ontem, ao projeto que rescinde o contrato de concessão com a empresa italiana Enel e permite ao Estado encampar o serviço de distribuição de energia em Goiás.

A proposta, de autoria dos deputados Bruno Peixoto (MDB), líder do governo, e Lissauer Vieira (PSB), presidente da Casa, foi relatado pelo deputado Paulo Trabalho (PSL), que foi pela aprovação.

Como já mostrou O POPULAR, o projeto é considerado inconstitucional por especialistas. Isso ocorre porque o Estado não pode legislar sobre a concessão da Enel, que é de competência da União.

Esse mesmo discurso foi apresentado à imprensa tanto pelo diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, quanto pelo diretor-executivo da companhia, Francisco Starace.

A respeito disso, Lissauer afirmou ontem ao POPULAR que a situação atual exige "uma ação" da Casa e que quem precisa "decidir sobre a constitucionalidade é a Justiça." "Somos representantes da população, que nos cobra uma ação. Vamos aprovar a lei e o governo vai sancionar. Se quiserem questionar (na Justiça), é com eles (Enel)."

Durante a comissão, ontem, o presidente voltou a afirmar que a matéria será aprovada na Assembleia e levada para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM). "Vamos levar em mãos para o governador sancionar e trabalhar para que venha uma empresa digna", disse.

Caiado, por sua vez, já afirmou que sancionará a lei em evento a ser convocado para a porta da sede da Enel em Goiânia.

Fábio Lima



Lissauer Vieira (PSB), presidente da Casa, é um dos autores do projeto

OFÍCIO

A reunião também foi pautada pelo ofício enviado pela Enel, terça-feira, 26, a Lissauer e Bruno. O documento visa dar conhecimento de que serão responsabilizados pessoalmente "por todas e quaisquer perdas e danos e prejuízos, diretos e indiretos" que "venham a sofrer em decorrência da rescisão do contrato de concessão".

O ofício gerou reações, terça-feira e ontem, tanto contra a Enel quanto em desfavor do advogado da empresa, Lúcio Flávio, que assina o documento. É presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB-GO).

Liminar garante ausência em CPI

Pedro Nunes
pedro.nunes@opopular.com.br

Um dia antes da realização de mais uma etapa da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Enel, na Assembleia Legislativa, a desembargadora Nelma Branco Ferreira Perilo deferiu o pedido de medida liminar para desobrigar o diretor de relações institucionais da Enel José Nunes de Almeida Neto de comparecer à CPI hoje. A desembargadora solicitou que o comunicado da decisão fosse encaminhado com urgência ao presidente da CPI, o deputado estadual Henrique Arantes (MDB). A defesa argumentou que o diretor poderia sofrer constrangimento ilegal, o que foi acatado pela magistrada. Como relatou a desembargadora, o presidente da CPI se reuniu com membros da Secretaria de Segurança Pública com o "intuito de criar uma força-tarefa e potencializar os trabalhos da CPI, para apurar possíveis crimes cometidos pela Enel, em Goiás, contra os consumidores goianos". Por isso, na visão da desembargadora, o diretor da Enel não precisa comparecer, "em razão de seu direito a não autoincriminação", já que as suas afirmações podem vir a submetê-lo a atos de investigação criminal.

GIRO



Caio Henrique Salgado

caio.salgado@opopular.com.br

Burocracia

A Secretaria do Governo prorrogará todos os convênios da pasta. São 288 convênios do Goiás na Frente, 10 de contratos firmados entre 2011 e 2016, além de 13 emendas parlamentares dos anos de 2017 e 2018.

Questão de tempo

Os convênios serão prorrogados até junho de 2020. A Segov imagina que o prazo será suficiente para o encerramento de todos os convênios firmados na gestão anterior.

Governo estadual envia à Assembleia pacote de projetos exigido pelo RRF

O governo estadual enviou à Assembleia Legislativa um pacote de projetos de lei que são pré-requisitos para adesão do Estado de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal. Entre as propostas estão a reforma do estatuto dos servidores públicos, que, entre outros pontos, prevê o fim da licença prêmio (*leia na página 4*) e a vedação do acesso a depósitos judiciais. Este segundo projeto revoga a autorização que o próprio Executivo conseguiu no início do semestre para sacar R$ 1,8 bilhão a partir da aprovação de projeto de lei enviado à Assembleia em conjunto com o Tribunal de Justiça. Consta na justificativa, assinada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), que o RRF não permite o acesso aos depósitos e que o projeto "integra um conjunto de medidas de ajuste necessárias ao alcance da completa reorganização financeira que se tenciona atingir no Estado".

DIÁRIO DA MANHÃ (28/11)

OVG e Semas fazem parceria em prol de pessoas em situação de rua

Desde o último dia 18, cerca de 250 pessoas cadastradas estão sendo beneficiadas com refeições diárias

Da Redação

Pessoas em situação de rua estão sendo beneficiadas com uma parceria inédita entre a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e a Prefeitura de Goiânia. A instituição está oferecendo temporariamente e de forma gratuita refeições no Restaurante do Bem que fica na Avenida Goiás, no Centro.

Desde o último dia 18, cerca de 250 pessoas cadastradas no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), foram contempladas com o almoço quentinho, saudável e saboroso, servido no Restaurante do Bem. O cardápio é elaborado com base no Programa de Alimentação do Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego, e acompanhado por nutricionistas.

A parceria atende a uma solicitação feita pela Semas à OVG. Sem essa união, pessoas em situação de rua, cadastradas no Centro Pop, poderiam ter ficado sem o almoço por causa de um problema no processo de licitação para a aquisição de alimentos pela Prefeitura.

"Dou nota dez para a OVG que prontamente nos atendeu e que tem sido uma grande parceira da Prefeitura, quando o assunto é a pessoa em situação de vulnerabilidade social", ressalta a diretora de proteção social especial da Semas, Margareth Maia. Ela elogia o Restaurante do Bem. "A alimentação daqui é adequada, além do espaço ser um local de resgate social que mata a fome de tantas pessoas."

A diretora de Ações Sociais da OVG, Jeane Abdala, afirma que a empresa terceirizada responsável pelas refeições da unidade do Centro tem fornecido até 70 vouchers diários. "O perfil de atendimento do Restaurante do Bem é receber cidadãos em situação de vulnerabilidade social e não poderíamos deixar de acolher essas pessoas que tanto precisam de ajuda. Esse atendimento faz parte da reformulação do programa, que visa fortalecer ainda mais essas ações sociais", pontua.

Samuel Santos, 35 anos, veio há quatro meses do interior de Minas Gerais. Desempregado, ele foi acolhido no Centro Pop e está sendo beneficiado pelas refeições servidas no Restaurante do Bem. "A fome, mais do que assombrar, fere. Poder sentar em um restaurante, comer com dignidade, me enche de esperança e de gratidão", acentua Samuel.

Rafael Lopes da Silva, 30 anos, está desempregado e vivendo em situação de rua. Natural de Porto Velho, Rondônia, ele afirma que a refeição do Restaurante do Bem trouxe lembranças da comida que sua mãe preparava em casa. "O franguinho que eu comi hoje tá excelente, nota dez", disse.

ATENDIMENTOS

O Restaurante do Bem tem 12 unidades em funcionamento em Goiás: duas em Goiânia, duas em Anápolis, duas em Luziânia, uma em Rio Verde, uma em Águas Lindas, uma em Valparaíso, uma em Caldas Novas, uma em Jaraguá e uma em Goianésia. Juntas, servem mais de 12 mil refeições por dia. O restaurante do Centro de Goiânia serve 1.700 refeições diariamente.

"A OVG investe em ações socioassistenciais para ter um acompanhamento mais próximo dos usuários e oferecer dignidade a quem realmente precisa de apoio. O nosso foco é justamente ajudar as pessoas mais necessitadas", destaca a diretora-geral da Organização, Adryanna Melo Caiado.



OPÇÃO(27/11)

Saúde

Ipasgo credencia novo hospital e amplia atendimento no Entorno de Brasília

novembro 27, 2019 3:52 ··· Por Eduardo Pinheiro ···

Hospital Nossa Senhora Aparecida, em Valparaíso de Goiás, é credenciado e vai atender usuários do instituto na região



O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipasgo) amplia a rede de atendimento em saúde na região do Entorno de Goiás. Em uma nova ação para descentralizar a rede de atendimento, o presidente do Instituto, Silvio Fernandes, assinou contrato de credenciamento com o Hospital Nossa Senhora Aparecida, em Valparaiso de Goiás.

A medida vai permitir atendimentos aos usuários da região, beneficiando diretamente os moradores de Valparaiso de Goiás, Luziânia, Cidade Ocidental e Águas Lindas.

Após a assinatura do convênio, a nova fase será o treinamento para utilização do Sistema do Ipasgo e definição da aptidão de atendimento. A previsão será que os atendimentos aos usuários se iniciem em, no máximo, 15 dias.

O governador Ronaldo Caiado (DEM) afirma que esse novo convênio integra as propostas de seu governo e, a partir de agora, os moradores da região do Entorno terão mais qualidade na área da saúde. "O Ipasgo vai ampliar ainda mais sua rede de atendimento para seus usuários. Aguardem, em breve, teremos mais novidades. Estamos construindo um novo Goiás."

O presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes, explica que o credenciamento deste novo hospital vai beneficiar cerca de sete mil usuários na região do Entorno do Distrito Federal. "Nossa gestão frente ao Ipasgo sempre visou a ampliação do atendimento aos nossos usuários, principalmente, nas regiões mais carentes de serviços médicos e hospitalares," afirma.

No Entorno do Distrito Federal, a rede credenciada ao Ipasgo está presente nos municípios de Luziânia, Valparaiso, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás. Nesta regional, há serviço de hemodinâmica, clínica de imagem cardiológica, clínica médica, com exames radiológicos, medicina nuclear e multiespecialidades, clínica médica com cardiologia e psicologia, hospital de oftalmologia, dois hospitais gerais, hospital e maternidade, três laboratórios, um serviço de UTI com oito leitos, clínica odontológica, onze médicos, um nutricionista e cinco odontólogos credenciados.

Proposta em tramitação

Assembleia recebe projeto de lei que reajusta salário dos professores em 4,17%

novembro 27, 2019 10:04 ··· Por Felipe Cardoso ···

Proposta de autoria do Poder Executivo foi protocolada na tarde desta terça-feira



O governador Ronaldo Caiado (DEM) enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei que prevê reajuste de salários para professores em R$ 2.557,74, retroativo a 1° de janeiro de 2019.

A matéria apresentada pelo Poder Executivo destaca que o reajuste equivale a 4,17%, conforme divulgado pelo Ministério da Educação. Os ganhos referentes ao período de 1°de janeiro a 30 de novembro de 2019 serão, de acordo com a matéria, parcelados em 12 vezes a partir do próximo mês.

Caiado argumenta que a finalidade do texto é a aplicação do piso salarial profissional para professores da educação básica do Estado. Segundo o governador, tal reajuste demonstra o "comprometimento do Governo com a Educação" e "reconhece a importância primordial dos professores".

A Secretaria de Administração do Estado é que estimou o impacto orçamentário-financeiro para aplicação da medida. Segundo a pasta, o impacto para este ano será de R$ 1,559 milhão; em 2020, R$ 17,966 milhões; e em 2021, R$ 9,763 milhões.

A proposta seguirá os tramites regimentais da Casa de Leis e deverá ser colocada em discussão já na próxima semana.

O HOJE (28/11)

Orçamento do Estado reserva R$ 167 milhões para emendas de deputados

Emendas parlamentares foram acertadas em maio, em consenso com o Executivo

Venceslau Pimentel



Governo sugere que os recursos das emendas sejam aplicadas para melhorar a vida dos goianos, em sintonia com o Estado

O prazo para apresentação de emendas ao orçamento do Estado, para o exercício financeiro de 2020, terminou ontem. Cada um dos 41 deputados tem direito a apresentar propostas para a área da saúde e educação até o limite de R$ 4,082 milhões, totalizando R$ 167,36 milhões.

Esse foi o valor estimado pelo presidente da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, Karlos Cabral (PDT). Ele explicou que a cota de recursos para atendimento às emendas impositivas é calculada em 0,7% sobre a receita corrente líquida. O valor global do orçamento para o ano que vem é estimado em R$ 29,38 bilhões.

As emendas parlamentares, de caráter impositivo, foram efetivadas através de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), aprovada em maio passado pela Alego. Essa emenda constitucional fixou os percentuais de aplicação sobre a receita corrente líquida do Governo, de forma progressiva até 2022, nos seguintes termos: para este ano, 0,5%, com destinação total dos recursos para a área da Saúde. Para 2020, será destinado 0,7%, sendo que todo este valor deverá ser destinado à Saúde e Educação.

Em 2021, este porcentual subirá para 0,9%, com 70% dos recursos destinados para as áreas de Saúde, de Educação e 30% livre. A partir de 2022, o porcentual se estabelecerá em 1,2% da receita corrente líquida, observando a destinação de 70% para Saúde e Educação, e o restante, 30%, também de livre indicação dos autores das emendas.

De acordo com Karlos Cabral, o governo vem pagando as emendas parlamentares apresentadas na Lei Orçamentária do ano passado. A garantia foi dada, segundo ele, pela Secretaria de Economia.

Na visita que fez à Assembleia Legislativa, no mês passado, o vice-governador Lincoln Tejota garantiu que as emendas parlamentares terão acolhida dentro do Orçamento do Estado para 2020.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) em tramitação no Parlamento projeta um crescimento de 10,41% em relação à dotação deste ano.

O projeto da lei orçamentária destaca que as fontes de arrecadação virão de receitas desvinculadas (56,83%), previdenciárias (11,80%) Fundo Protege (6,22%), receitas próprias do Ipasgo (5,51%), receitas vinculadas aos fundos (4,29%) e receitas das empresas estatais (4,18%), entre outras de valores menores.

> *Lincoln Tejota garantiu que as emendas terão acolhida dentro do Orçamento do Estado para 2020*

Já as despesas com pessoal e encargos sociais são fixadas em R$ 18,66 bilhões (58,79%); juros e encargos da dívida, R$ 1,15 bilhão (3,64%), amortização da dívida, R$ R$ 1 bilhão; (3,19%); outras despesas correntes, R$ 7,87 bilhões (24,80), e tem como reserva de contingência R$ 1,84 bilhão (5,82%).

No início do mês, a Comissão de Finanças recebeu o secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino, e técnicos da pasta para esclarecimentos sobre a forma correta de apresentação de emendas. Durante o encontro, o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), destacou a importância de receber o secretário para debater as prioridades da pasta no exercício financeiro de 2020. "Os deputados estão imbuídos do firme propósito de apresentar emendas à LOA para beneficiar todas as áreas de atuação do Estado, por isso queremos saber as reais necessidades e prioridades da Saúde".

Ismael Alexandrino disse que o Governo tinha consciência de que os Poderes são independentes, mas que trabalhavam em simbiose. "O que buscamos é que as emendas possam ser apresentadas alinhadas ao conceito global do planejamento da Saúde", frisou. **(Especial para O Hoje)**

O HOJE (28/11)

SAÚDE

Hugo diz ter gerado economia de R$ 50 mi

O Instituto Haver, Organização Social (OS) que assumiu a gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO), no final de novembro de 2018, afirmou ter gerado uma redução de quase R$ 50 milhões aos cofres públicos. A OS é responsável por gerir a unidade até o próximo dia 1º de dezembro. Os dados do balanço foram apresentados à imprensa na terça-feira (26).

Segundo o Instituto, foram legalizadas pendências existentes na instituição há décadas. Os dados apresentados apontam uma redução de gastos em ao menos quatro áreas. O gasto com lavanderia passou de R$ 1 milhão, de janeiro a novembro de 2018, para R$ 782 mil no mesmo período em 2019. Na engenharia, o valor gasto passou de R$ 7,6 milhões para R$ 4,5 milhões. Houve redução ainda nas áreas de nutrição e água, que passaram R$ 9 milhões para R$ 8 milhões e R$ 1,4 milhão para R$ 900 mil, respectivamente.

De acordo com o presidente da OS, Yuri Vasconcelos Pinheiro, o custo operacional foi reduzido em 20%. A economia mensal foi de R$ 4 milhões e a projeção de economia anual é de R$ 50 milhões. O relatório aponta ainda o aumento do quadro de funcionários por meio de seis processos seletivos. Segundo a entidade, o hospital passou a contar com 1.136 colaboradores, o que resultou em aumento no número e eficácia dos atendimentos.

Durante a gestão, o número de cirurgias atingiu 15.039 em 2019 contra 12.700 em 2018, quando o hospital era administrado pelo Instituto Gerir. O atendimento de urgência e emergência passou de 26 mil no ano passado para 30 mil no ano vigente. Quanto à redução de custos frente aos atendimentos, Yuri se limitou a dizer que prioriza o atendimento. "Não diminuímos nenhum centavo em detrimento da qualidade e atendimento às pessoas. É uma coisa que cumprimos muito bem e saímos daqui satisfeitos com o resultado", argumenta.

Impasses

Para o presidente da OS, a principal dificuldade encontrada pelo Instituto se refere a falta de informações acerca do funcionamento e das dependências do hospital. Yuri alega que tais pendências foram ajustadas já no primeiro mês de gestão e, a partir disso, a entidade conseguiu planejar ações para melhorar o funcionamento do hospital.

Ainda segundo Yuri, ao assumir a gestão do Hugo, o Instituto Haver se deparou com a ausência de alvarás de funcionamento. O hospital não possuía, por exemplo, a Certidão de Uso do Solo, documento com informações sobre as atividades permissíveis ou toleradas, e parcelamento do solo no município.

Na próximo dia 1º de Dezembro, a gestão do Hugo passará a ser do Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), que substitui o Instituto Haver.

O HOJE (28/11)

Falta de energia ameaça produtores

Alguns municípios de Goiás chegaram a ficar nove dias consecutivos sem fornecimento de energia elétrica neste ano

Daniell Alves

Divulgação



Produtores de municípios como Catalão, Piracanjuba, Mineiros e Itaguari já registraram prejuízos pela falta de energia

Com aumento das chuvas, a falta de fornecimento contínuo de energia no Estado tem causado prejuízos e revolta em produtores. Neste mês, a zona rural de Catalão permaneceu por mais de uma semana sem energia. Em outros municípios, os produtores estão encontrando alternativas para não perder os produtos. Além de cobrar reparações à Enel, os prejudicados prometem adotar medidas judiciais.

De acordo com Geraldo Vieira Rocha, vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Goiás (Fecomércio/GO), diversos produtores foram prejudicados durante este período. O vice-presidente diz que é um descaso muito grande com a área produtiva. "A Enel tem faltado, não só na cidade, mas principalmente na zona rural. Na região de Santo Antônio de Rio Verde, que é distrito de Catalão, ficamos oito dias contínuos sem energia. A energia só voltou neste domingo, 24/11, por volta das 16h", disse.

Os produtores estão pedindo à Enel reparação dos danos e já se organizam para adotar medidas judiciais, informa Geraldo. "O Sindilojas apoia esta medida, porque esta situação afeta, inclusive, investimentos", aponta, sobre falta de estrutura fornecida pela Enel, por exemplo, para quem quer abrir novos negócios.

Além dos produtores, o comércio também está sendo afetado. "Prestadores de serviço, por exemplo, tem reclamado que também estão tendo prejuízo. Não têm podido usar equipamentos que precisam de energia para funcionar. As interrupções de energia estão afetando a economia, em geral", acrescenta Rocha, que também é presidente do Sindicato do Sindilojas Catalão.

Produtores de outros municípios

Outros dois produtores rurais nos municípios de Piracanjuba, Mineiros e Itaguari também foram prejudicados pela falta de energia na zona rural. André Dias, produtor de leite da cidade de Piracanjuba, já ficou nove dias sem energia em sua propriedade rural. O local fica a seis quilômetros de distância da área urbana do município.

De acordo com o proprietário, a interrupção no fornecimento de energia já aconteceu diversas vezes, mas nunca tinha permanecido por um período tão longo. "Foi desesperador", comentou.

Para não perder o leite, André precisou de dois tambores com 20 litros de gasolina diários para manter o gerador ligado e assim garantir o funcionamento do tanquinho de leite, ordenha e do poço artesiano. "A bomba d'água queimou duas vezes. A bomba a vácuo da ordenha também queimou", completou.

Segundo ele, ao tentar buscar respostas com a Enel Distribuição, diversos protocolos foram abertos na empresa. Em média foram quatro ligações diárias durante os nove dias no telefone com a fornecedora.

Mineiros e Itaguari

Já em Mineiros, Sergio Nunes ficou sem energia em todos os dias que caiu chuva. Ele é proprietário de um pesque pague na cidade. Não bastasse as quedas, foram vários dias até o restabelecimento dos serviços. O maior período, segundo ele, foi em fevereiro, quando por sete dias o fornecimento esteve interrompido.

"Em outubro choveu três vezes aqui e em todas as vezes a energia foi embora. Neste mês, todas as chuvas que caíram nos deixaram sem eletricidade. Já ficamos quatro, cinco dias sem energia. Estou sem saber o que faço" disse.

O negócio tem sido mantido com um gerador, que não evitou a morte de vários peixes da represa de Sergio. "Pago todas as contas em dia. Até quando vai acontecer isso conosco da zona rural?", questiona.

Em Itaguari, o produtor de leite Guilherme perdeu vários dias da produção pela falta de eletricidade. Ele tem um gerador pequeno, que mal consegue tocar a ordenha e não é suficiente para ligar os tanques. Embora o desperdício seja constante, Guilherme ainda prefere manter a ordenha para não correr riscos com morte do gado. Conforme explica, o produtor fez muitos investimentos no último ano, mas as quedas de energia têm lhe causado prejuízos imensos nos últimos meses.

Resposta da Enel

Em nota ao Jornal O Hoje, a Enel Distribuição Goiás esclarece que tem normalizado gradativamente o fornecimento de energia para os clientes afetados pelas chuvas, acompanhadas de ventos e descargas atmosféricas, que atingiram o Estado nas últimas semanas.

"A distribuidora ressalta que aumentou o número de equipes de emergência, com técnicos vindos de outros estados, e contratou helicópteros para agilizar o atendimento, principalmente na área rural. Técnicos da companhia têm trabalhado ininterruptamente para garantir o fornecimento de energia a todos os clientes", diz a nota. **(Daniell Alves** *é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor interino de Cidades* **Rafael Melo)**